

A Insegurança Alimentar no Rio Grande do Sul – uma análise comparativa entre o rural e o urbano

Karen Beltrame Becker Fritz*

Paulo D. Waquil**

Ely José de Mattos***

Resumo

Este estudo caracteriza a situação de insegurança alimentar da população gaúcha, analisando sua relação com a renda monetária, mas também relacionando com outros fatores, como condições de moradia e acesso a programas sociais de transferência de renda, diferenciando e tecendo comentários entre os espaços rural e urbano. A insegurança alimentar está associada a menores níveis de renda, piores condições de moradia e a maiores transferências de renda. Um dos principais resultados deste trabalho revela que a insegurança alimentar é menos intensa no meio rural deste Estado, apesar dos menores níveis de renda e das piores condições de moradia, quando comparado à área urbana. Neste sentido, é importante destacar o papel da agricultura familiar, da diversificação da produção agrícola e da destinação de parte desta produção para o consumo da família, possibilitando amenizar as situações de insegurança alimentar.

Palavras-chave

Insegurança Alimentar, Abordagem das Capacitações.

1 Introdução

O objetivo principal deste trabalho é analisar a situação de insegurança alimentar da população gaúcha, caracterizando sua relação com a renda monetária, mas também relacionando com outros fatores, como condições de moradia e acesso a programas sociais de transferência de renda, diferenciando e tecendo comentários entre os espaços rural e urbano.

* Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Economia Rural (UFRGS). Professora da Universidade de Passo Fundo (UPF). karenfritz@upf.br.

** Ph.D. em Economia Agrícola pela University of Wisconsin (EUA). Professor do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e em Agronegócios da UFRGS. waquil@ufrgs.br.

*** Doutorando em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: ely.mattos@ufrgs.br

Neste artigo, utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2004, a mais recente que contempla o suplemento de Segurança Alimentar.

Na discussão sobre insegurança alimentar de uma população, torna-se inevitável o estabelecimento de relações com as situações de pobreza, em suas múltiplas dimensões. Segundo Sen (1983) uma característica da pobreza é a sua irreduzível essência absoluta, pois um de seus elementos óbvios é a fome e a inanição e, não importa qual seja a posição relativa na escala social, aí certamente existe pobreza. No Brasil vivem em condição de insegurança alimentar¹, em diferentes graus, cerca de 72 milhões de pessoas, em 39,8% dos domicílios particulares, estando no meio rural a maior prevalência domiciliar de insegurança alimentar moderada e grave e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4% e 6% dos domicílios estavam em condição de insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente, no meio rural, as prevalências eram 17% e 9% (IBGE, 2004).

Habitualmente tem-se enfatizado a disponibilidade de renda como o determinante principal do acesso adequado aos alimentos e, conseqüentemente, da segurança alimentar; sendo a disponibilidade de renda uma expressão do grau de equidade social. A partir dessa abordagem, a capacidade de adquirir alimentos, por sua vez, impactaria a produção e o consumo. Nestes termos, o equacionamento da insuficiência de renda (ou da pobreza) mediante, por exemplo, políticas de emprego e de salários permitiriam o consumo dos alimentos e estimulariam a produção destes bens.

Para Maluf (2006a) este enfoque capta um lado do problema, sem dúvida essencial, mas não todo ele. Isto porque a questão alimentar mantém uma relação de mútua determinação com a equidade social, não sendo apenas uma resultante desta última. Assim, o tratamento dos vários aspectos envolvidos na questão alimentar também contribui para uma maior equidade social. A relação entre ambas é um reflexo e, ao mesmo tempo, contribui para a configuração do padrão de desenvolvimento sócio-econômico vigente numa sociedade. Assim, se o

¹ O suplemento Segurança Alimentar, produzido pelo IBGE (2004), definiu como domicílio com insegurança alimentar aquele em que no período de referência dos últimos três meses, ocorreu pelo menos uma das quatro seguintes situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar, etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

requisito de renda monetária e o enfrentamento da pobreza contribuem para a segurança alimentar, as formas sociais em que se organiza a produção dos alimentos e as condições em que se dá o acesso a estes bens são também determinantes da equidade social.

Reconhecendo que a mensuração da insegurança alimentar através de indicadores que representem apenas uma dimensão, no caso a renda, pode conduzir a discrepâncias na interpretação deste fenômeno, a condição de pobreza e de insegurança alimentar vem sendo definida de uma forma abrangente, envolvendo aspectos econômicos, sociais e culturais, que se caracterizam por: (a) insuficiência de renda; (b) carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias; e (c) exclusão social e discriminação devida à origem étnica ou gênero (FIDA, 2000). A Abordagem das Capacitações, proposta por Amartya Sen, aborda o tema da pobreza sob múltiplas dimensões, sugerindo que deve ser entendida como a falta de capacitações para desenvolver funcionamentos, medindo assim não os meios, mas os fins, ou seja, os funcionamentos que podem ser atingidos pelos indivíduos (Sen, 2000; 2001).

No Brasil, estudos recentes vêm buscando implementar uma definição multidimensional da pobreza. Hoffmann e Kageyama (2006) analisaram a situação de 'segurança alimentar' da população rural brasileira segundo categorias de pobreza, com dados da PNAD de 2004. Os autores utilizaram uma definição de pobreza que combinava uma linha de pobreza em termos de renda, correspondente a R\$ 150,00, e a privação de condições básicas de existência (luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias no domicílio). A partir de uma análise exploratória, identificaram que a insegurança alimentar atinge mais fortemente a população pobre e a população rural. Entre os não-pobres, a insegurança alimentar afeta 23,5% das pessoas, mas para os extremamente pobres, essa é a condição de 81,1% das pessoas. O estudo apontou também que no Brasil, pelos dados da PNAD (2004), havia 2.390.765 pessoas extremamente pobres com insegurança alimentar, sendo 695.056 com insegurança alimentar grave. Essa população, com renda abaixo da linha de pobreza, sem infra-estrutura domiciliar mínima e com insegurança alimentar representa, segundo os autores, o núcleo da miséria no Brasil. Desse total, 2.253.156 encontram-se na área rural e 1.794.637 estão na região nordeste.

Para o estado do Rio Grande do Sul, estudos realizados por Waquil e Mattos (2002, 2003) apresentaram aspectos quantitativos e qualitativos das situações de pobreza rural e urbana num sentido amplo: privação de renda, privação do atendimento às necessidades

básicas e privação do desenvolvimento das capacitações dos indivíduos, tendo também como fonte dos dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os autores apresentam, como um dos principais resultados do primeiro estudo, que a renda média auferida na área rural é inferior à auferida na área urbana. Demonstraram também, a partir do número e o percentual da população abaixo das diversas linhas de pobreza construídas, que, proporcionalmente, há mais pobres no espaço rural. Para ilustrar, ao utilizarem a linha de pobreza US\$ 1/dia, os autores identificaram que cerca de 23% da população rural situa-se abaixo desse critério de renda, enquanto no meio urbano esse percentual representou 10% das pessoas.

Procurando caracterizar outras dimensões das situações de pobreza, além da renda, os autores selecionaram caracterizar as variáveis condições de habitação, escolaridade e saúde, diferenciando entre os estratos de renda, bem como entre os espaços rural e urbano. Os resultados permitiram concluir que, em geral, estas condições melhoram à medida em que a renda aumenta e que tais condições são sempre piores na área rural do que na urbana, implicando em maiores níveis de pobreza rural do que urbana no estado do Rio Grande do Sul.

Com o intuito de verificar o grau de associação linear entre renda, condições de habitação, escolaridade e saúde, os autores calcularam os coeficientes de correlação de *Pearson*, gerando matrizes, distinguidas entre o espaço rural e o urbano do estado. Os resultados revelaram que a renda está associada às demais variáveis que influenciam as condições de vida e a satisfação das necessidades básicas, bem como o desenvolvimento de capacitações. Mas o fato de estas correlações serem fracas permitiu, aos autores, concluir que nenhuma das variáveis estudadas pode, isoladamente, caracterizar as situações de pobreza rural no Rio Grande do Sul, reforçando também a visão de que a renda auferida pelos indivíduos não pode ser considerada como sinônimo de melhores condições de vida ou segurança alimentar.

Na análise das situações de insegurança alimentar e da pobreza da população brasileira, a abordagem seniana vem recebendo maior atenção por parte dos pesquisadores do tema, que vêm buscando congregar, em seus estudos, aspectos qualitativos e quantitativos, envolvendo outras dimensões da pobreza, além da renda. E é neste contexto que se insere o presente trabalho, contribuindo para o entendimento das situações de insegurança alimentar como um fenômeno multidimensional.

2 Referencial Teórico

O fim da Primeira Guerra Mundial marcou o início, na Europa, da utilização do termo “segurança alimentar”. A experiência da guerra deu à alimentação um significado estratégico, de segurança nacional, enaltecendo a idéia de que a soberania de um país também dependia da sua capacidade de auto-suprimento de alimentos.

Uma consequência dessa preocupação foi o fortalecimento da noção de que a questão alimentar de um país estava estritamente vinculada à sua capacidade de produção agrícola. Nesse período a Revolução Verde buscou difundir a idéia de que o flagelo da fome e da subnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado ao assumir um modelo agrícola de grandes propriedades monocultoras e o emprego maciço de insumos químicos (Instituto Cidadania, 2001).

Segundo Mazoyer (1997), desde o fim da Segunda Guerra Mundial, centros internacionais de investigação agrícola, financiados por grandes fundações privadas americanas e européias, selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, de trigo, de milho e de soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, e ajustaram, em estações experimentais, os métodos de cultivo correspondentes. Nos anos de 1960-1970, a difusão dessas variedades e desses métodos de cultivo permitiu aumentar fortemente os rendimentos e a produção de grãos em muitos países da Ásia, da América Latina, e, em menor grau, na África. Em 1974, foi ratificada a importância da capacidade de produção agrícola para a solução dos problemas alimentares na Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (Instituto Cidadania, 2001).

Os ganhos de rendimento e de produção ligados à Revolução Verde beneficiaram, sobretudo, as regiões férteis, mais aptas a rentabilizar os custosos produtos químicos necessários, e os agricultores que dispunham de meios suficientes para comprá-los e aplicar os conselhos técnicos correspondentes. Por outro lado, muitas culturas de produtos alimentares, bem como a maior parte das raças locais de gado, não foram objetos de um esforço de pesquisa, por terem sido considerados como secundários. Assim concebidas, as políticas de modernização permitiram aumentar a produção em numerosos países, mas pouco contribuíram para proteger e desenvolver a agricultura camponesa pobre dos países em desenvolvimento. Para Mazoyer (1991) o fracasso do desenvolvimento rural das últimas décadas vem gerando

uma sucessão de crises, ao verificar-se a regressão das culturas alimentares, a degradação ambiental, a dependência alimentar, a multiplicação dos quadriláteros da fome, a dependência tecnológica, o desemprego, o êxodo rural, a marginalidade e a instabilidade social e política.

O modelo adotado, através da Revolução Verde, embora tenha gerado excedentes para os setores mais desenvolvidos da agricultura, com incrementos em produção e produtividade agrícola, não fez com que desaparecessem os problemas sociais associados à fome e à subnutrição, que persistem em atingir importante parcela da população mundial. É dentro desse contexto que se começou a perceber que a dificuldade crucial para a segurança alimentar estava na capacidade de acesso aos alimentos, e não mais atrelada à capacidade de produção agrícola.

A definição de segurança alimentar, apresentada pela FAO, em 1982, na 8ª Sessão do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, incorpora esta nova noção, embora ainda enfatizasse a importância da oferta de alimentos em quantidade suficiente, sugerida desde a Conferência de 1974: “*o objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam (...)*”. No entanto, não é objetivo aqui negar que fatores ligados à capacidade de produção possam ser causadores de crises de insegurança alimentar, mas essas situações são extremas como em períodos de guerra, bloqueio econômico ou catástrofes naturais.

Entre as décadas de 1980 e 1990 inicia-se uma crescente preocupação com a qualidade dos alimentos (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica). A Conferência Internacional de Nutrição, promovida pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em 1992, reafirmou a incorporação desses novos atributos ao conceito de segurança alimentar.

No Brasil, o tema da segurança alimentar surge somente em 1986. A concepção assumida era similar à adotada pela FAO naquele momento, com ênfase na auto-suficiência alimentar nacional. Neste mesmo ano, ocorreu a Primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, reafirmando o entendimento de que a alimentação é um direito básico. Além disso, essa conferência concebeu a idéia de interdependência entre segurança alimentar e nutricional, bem como identificou a incapacidade de acesso aos alimentos por parte significativa da população brasileira, ficando superada a antiga visão que atribuía o problema ao tema do abastecimento (Instituto Cidadania, 2001).

Em 1996, no Brasil, consolidou-se a formulação do conceito de segurança alimentar, objetivando a elaboração do documento oficial brasileiro para a Cúpula Mundial da

Alimentação, que ocorreu em Roma no mesmo ano. Como resultado do amadurecimento do conceito no Brasil, o projeto de lei que cria o sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (PLC 81/2006), aprovado pelo Senado Federal, dia 05 de setembro de 2006, define a Segurança Alimentar e Nutricional como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL..., 2005, art.3).

O conceito abrangente de segurança alimentar², que, em linhas gerais, significa ter acesso aos alimentos para uma vida ativa, saudável coloca desafios para a classificação das pessoas ou unidades domiciliares diante do atendimento desse direito. Por conseqüência, a mensuração da magnitude da insegurança alimentar abrange problemas relacionados à quantidade de alimentos para suprir as necessidades humanas, à qualidade e à salubridade da alimentação e, finalmente, a garantia de acesso digno a esses alimentos. Segundo Brewer *et al* (2004, p. 8) insegurança alimentar significa “*uma limitada ou precária disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados, incluindo redução de refeições, porção dos alimentos ou não reconhecer a procedência da próxima refeição*”³. Ou ainda: “*ocorre sempre que a disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros, ou a capacidade de adquirir alimentos aceitáveis por meios socialmente aceitáveis, é limitado ou incerto/precário*”⁴ (Sullivan e Choi, 2002, p.9). Uma conseqüência do consumo de alimentos que são inadequados em quantidade e/ou em qualidade nutricional é a subnutrição⁵ (Brewer *et al*, 2004, p.8).

A insegurança alimentar abrange famílias que não convivem com o problema da fome e outras que sofrem essa situação. Segundo Sullivan e Choi (2002) a fome é definida como

² “Food security: Access to enough food for an active, healthy life. At a minimum, food security includes: (1) the ready availability of nutritionally adequate and safe foods, and (2) an assured ability to acquire acceptable foods in socially acceptable ways (e.g., without resorting to emergency food supplies, scavenging or other coping strategies)” (Brewer et al, 2004, p. 8).

³ “Food insecurity: The limited or uncertain availability of nutritionally adequate foods, including involuntarily cutting back on meals, food portions or not knowing the source of the next meal” (Brewer et al, 2004, p. 8).

⁴ “Food insecurity occurs whenever the availability of nutritionally adequate and safe foods, or the ability to acquire acceptable foods in socially acceptable ways, is limited or uncertain” (Sullivan e Choi, 2002, p.9).

⁵ “Undernutrition: the consequence of consuming food that is inadequate in quantity and/or nutritional quality” (Brewer et al, 2004, p. 8).

uma penosa sensação causada por uma recorrente ou involuntária falta de alimentos e é uma potencial, mas não necessária, consequência da insegurança alimentar. Para Ruel, Garret e Cassamo (1998) a fome é um fenômeno que assola as camadas mais vulneráveis da sociedade e não se restringe à cidade ou ao campo.

As relações que envolvem a pobreza e a insegurança alimentar já foram formuladas por diversos autores. Para Maluf *et al.* (2006b) a pobreza ocupa lugar de determinante principal da insegurança alimentar, ou seja, do não acesso regular a uma alimentação adequada. A pobreza pode ser compreendida tanto como causa quanto consequência da fome, pois a FAO (2004) assegura que não há dúvidas de que a pobreza é uma das causas da fome. Já em estudo intitulado *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo em 2005*, a FAO (2005) afirma que, dada à importância da fome como uma causa da pobreza, do analfabetismo, das doenças e da mortalidade, e sabendo que 75% das pessoas que sofrem restrições alimentares no mundo vivem em áreas rurais, não é surpreendente que estejam nestas mesmas áreas rurais a vasta maioria das 121 milhões de crianças que não comparecem à escola, das 11 milhões de crianças que morrem antes de completar cinco anos de idade, das 530 mil mulheres que morrem na gravidez e no parto e mais de um milhão de mortos por malária a cada ano. Portanto, para a FAO a pobreza é causa e também consequência da fome.

O Projeto das Nações Unidas, denominado *Metas de Desenvolvimento do Milênio*, que tem como primeiro objetivo a redução pela metade da extrema pobreza e fome no mundo até 2015, destaca que o epicentro global da extrema pobreza é o pequeno produtor rural, e que nenhum outro segmento da humanidade depende tão diretamente dos serviços e recursos ambientais quanto o pobre rural. O estudo da FAO enfatiza ainda que, para o alcance dessa meta, prioridade deve ser dada às áreas rurais e para a agricultura, apoiando os modos de vida rural, através de sistemas produtivos sustentáveis e seguros, que forneçam emprego e renda para os pobres, e, portanto, melhorando o acesso aos alimentos.

A persistência da insegurança alimentar torna lento o progresso das demais metas do milênio. Ou seja, a fome e a subnutrição, levam à pobreza, que, por sua vez, desencadeia a insustentabilidade do uso dos recursos naturais, reduz a capacidade de acesso aos mercados e aos recursos, diminui a frequência à escola e a capacidade de aprendizagem, restringe a educação e o emprego para mulheres, enfraquece o sistema imunológico e aumenta a mortalidade de crianças, prejudica a saúde materna e infantil, e, por fim, difunde doenças, a partir das estratégias de sobrevivência arriscadas (FAO, 2005).

No Brasil e em outros países, para a mensuração da insegurança alimentar no espaço rural, frequentemente são feitas estimativas a partir da definição de linhas de pobreza ou indigência, associando o grau de carência alimentar ao nível de rendimentos do domicílio, intuindo que famílias pobres (baixa renda) vivam em condição de insegurança alimentar. Entretanto, é possível encontrar unidades domiciliares com rendimentos situados abaixo da linha de pobreza e que vivem em segurança alimentar, do mesmo modo que existem aquelas com rendimentos acima do corte da pobreza que passa por restrição alimentar quantitativa (Hall, 2004).

Para Kakwani e Son (2006) as linhas de pobreza, em sua concepção original, deveriam refletir o custo de realização das necessidades básicas humanas. Contudo, para os autores, a linha de pobreza US\$ 1 ao dia por pessoa (ou US\$ 2 ao dia), produzida pelo Banco Mundial, não representa o custo de realização de qualquer tipo destas necessidades básicas humanas. Esse critério foi adotado principalmente por ser a linha de pobreza tipicamente predominante na década de 1980, a partir de uma amostra de 33 países, que incluiu somente 10 países de baixa renda. Kakwani (2006) enfatiza a necessidade de revisão das estimativas globais de pobreza, pois atualmente não refletem a insuficiência de comando sobre os recursos para alcançar capacitações básicas, como estar adequadamente nutrido.

A abordagem das capacitações (*Capability Approach*)⁶, proposta por Amartya Sen, é uma alternativa à perspectiva tradicional, que associa a carência alimentar ao nível de rendimento das famílias, possibilitando uma avaliação multidimensional da pobreza. Nesta abordagem, pobreza é entendida como privação de capacitações. Diversas formas de privação humana restringem severamente o que Sen chama de capacidades inerentes às pessoas, ou seja, as liberdades substantivas de que desfrutam para levarem a vida que preferem. Kakwani (2006) sugere que capacitações relacionadas com saúde, educação, abrigo, roupas, nutrição e água potável devam ser acordadas como básicas.

Uma das necessidades humanas básicas é a capacitação para estar adequadamente nutrido, enfatizando que a privação desta capacitação é uma das dimensões da pobreza. A falta de capacitação para obter alimentos adequados em qualidade e/ou quantidade, significando

⁶ A palavra '*capability*' significa a confluência de '*capacity*' + '*ability*'. O termo expressa a habilidade que os indivíduos possuem para expandirem suas capacidades. Na versão em português do livro de Amartya Sen (2000), Desenvolvimento como Liberdade, '*capability*' foi traduzido como capacidade. Essa tradução ignora o elemento de autonomia, de agência, que aparece com uso da expressão 'habilidade' que indivíduos possuem para moldar e escolher suas próprias capacidades. Com isso, perde-se a dimensão de desenvolvimento humano associada à Abordagem das Capacitações (Bagolin, 2005).

também insegurança alimentar, leva à subnutrição. Segundo Svedberg (2002) a subnutrição não é somente uma consequência da pobreza, mas é também uma causa. Embora raramente quantificada com a desejada exatidão, a subnutrição reduz a produtividade das pessoas diretamente, e também indiretamente, por tornar essas pessoas mais suscetíveis a doenças.

O exercício teórico desenvolvido por Sen, abrange uma série de conceitos que permitem a análise de realidades sociais, como a insegurança alimentar no meio rural, de maneira multidimensional, incorporando variáveis quantitativas e indo além delas. Um desses conceitos que pode auxiliar para a compreensão das dificuldades de acesso digno a alimentos adequados, quantitativamente e qualitativamente, é a noção de intitlamento (*entitlement*), termo que foi originalmente desenvolvido por Sen para tratar do problema da fome na Ásia e na África.

O *entitlement* de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. Em uma economia de mercado com propriedade privada, o conjunto do *entitlement* de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui (denominado 'dotação') e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir, começando com cada dotação inicial, por meio de comércio e produção (denominado seu '*entitlement* de troca'). Uma pessoa passa fome quando seu *entitlement* não inclui, no conjunto [que é formado pelos pacotes alternativos de bens que ela pode adquirir], nenhum pacote de bens que contenha uma quantidade adequada de alimentos" (Sen, 2000, p.54).

Intitlamentos são, então, recursos de que as pessoas dispõem para obter alimentos, ou outros bens, através de meios legais disponíveis na sociedade, incluindo suas próprias condições de produção e oportunidades comerciais, além de acesso aos meios providos pelo Estado. A renda, por exemplo, é um intitlamento, pois capacita o indivíduo a adquirir alimentos; uma porção de terra, da mesma forma, capacita o indivíduo a produzir alimentos ou a vendê-los para comprar outros bens (Sen, 1999b).

A análise dos intitlamentos permite o estabelecimento de relações entre situações estruturais que poderiam incentivar a expansão das capacitações, ou, a partir da falta de determinados acessos a bens, reter capacitações, impedindo que pessoas tenham ingresso a determinadas oportunidades. A privação da capacitação – estar adequadamente nutrido -, revelando pobreza e insegurança alimentar, pode ser ocasionada pelo inadequado comando sobre os recursos, seja por intermédio de mercados, provisão pública ou outros canais não relacionados com o mercado.

Para Maluf *et al* (2006a) as condições em que se dá o acesso aos alimentos pela população é também determinada pelas formas sociais sob as quais os alimentos são produzidos e ofertados (tipo de exploração agrícola, grau de concentração econômica do processamento agroindustrial e da distribuição comercial, padrões de concorrência nos mercados de alimentos, etc). A inexistência de condições de produção para o autoconsumo, devido à carência de recursos (água, área útil, etc.), ou, a perda destas condições pela opção à especialização produtiva, são causas da insuficiência alimentar, que se somam aos indicadores de pobreza rural. Já para Svedberg (2000) as principais possibilidades de razões pelas quais indivíduos podem estar subnutridos relacionam-se com a renda familiar, a distribuição intrafamiliar dos alimentos e doenças, destacando que estas teorias podem não ser independentes.

O acesso adequado ou inadequado a fontes de nutrição é um importante indicador de qualidade de vida, sendo, a saúde, a educação, a habitação e até mesmo a mobilidade, refletidos pelo estado nutricional, embora de um modo não linear (Lipton *apud* Kakwani e Son, 2006). Essa abordagem mais ampla da privação permite identificar como os diferentes aspectos da pobreza interagem e se reforçam mutuamente. Dessa maneira, avaliar o modo como diferentes tipos de *entitlements* podem contribuir para acessar fontes adequadas de nutrição visa a expansão da liberdade humana, através da redução/erradicação da insegurança alimentar, tendo, como fim, a promoção de desenvolvimento.

Na Abordagem das Capacitações, o processo de desenvolvimento, que é compreendido como uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, e somente pode ser “documentado” a partir da identificação de um aumento das oportunidades de escolhas dos agentes sociais, incorpora o paradigma do desenvolvimento humano, que veio à tona como uma tentativa de colocar as pessoas de volta ao cerne das discussões na área socioeconômica e política (Kuhn *et al.*, 2006). Na visão de Sen (2000) o desenvolvimento humano é um processo de aumento das capacitações das pessoas, tornando-as capazes de ser e fazer aquilo que entendem como algo de valor.

A questão fundamental, em termos empíricos, que levou Sen à compreensão do desenvolvimento como expansão das liberdades, foram as disparidades existentes em um mesmo mundo: de um lado, os recursos econômicos parecem estar crescendo cada vez mais em termos gerais, enquanto de outro, há a persistência de problemas sociais milenares como a fome (Costa *et al.*, 2005).

3 Aspectos Metodológicos

Os dados utilizados neste trabalho são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Esta pesquisa é realizada pelo IBGE desde 1967, com a finalidade de coletar informações sobre as características socioeconômicas da população brasileira. A partir de 1971, a pesquisa é executada anualmente, exceto em anos de censo demográfico. Desde 1992 a pesquisa cobre todo o Brasil, com exceção de uma parcela rural da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá). Essa parcela do território, que era até então excluída da amostra, passou a ser incluída na PNAD de 2004 – quando a pesquisa passa, então, a cobrir todo o território nacional.

A PNAD investiga características das pessoas e dos domicílios onde residem estas pessoas. Entre as variáveis investigadas pela PNAD existem as de caráter permanente, ou seja, que são coletadas em todas as edições da pesquisa, e outras de caráter periódico não seriado. As primeiras dizem respeito à educação, trabalho, renda, habitação, entre outras de utilização recorrente. Já o segundo grupo se refere a estudos específicos que atendem a demandas pontuais e estratégicas, tais como, investigações sobre nupcialidade, saúde, migração, segurança alimentar, etc. Por exemplo, em 1998 e 2003 o chamado suplemento (que é o conjunto de variáveis adicionais) foi sobre saúde, em 1995 sobre educação, em 2001 sobre trabalho infantil.

Ainda que a PNAD seja uma importante fonte de dados para estudos socioeconômicos no país, ela também está suscetível a algumas limitações. Uma destas limitações diz respeito à classificação do espaço rural e urbano. As PNAD's utilizam a mesma classificação do Censo Demográfico, ou seja, durante toda uma década é utilizado o mesmo corte rural/urbano do Censo imediatamente anterior, desconsiderando as alterações que ocorrem com o passar da década.

Outro aspecto importante que deve ser observado se refere ao conceito de trabalho. As pesquisas da década de 80 contavam como pessoa ocupada aquela que tinha 15 horas ou mais de trabalho semanal e 10 anos ou mais de idade, sendo que a produção para próprio consumo e a construção para uso próprio não existiam como classificações possíveis. A partir da década seguinte, ocorreram reformulações: agora são contados como ocupados aqueles indivíduos que têm 10 anos ou mais de idade e que trabalham mais de uma hora semanal, sendo que, além

disso, os que produzem para próprio consumo ou constroem para próprio uso, desde que respeitem as condições recém impostas, também são computados como ocupados. Note que isso causa problemas de comparabilidade entre as PNAD's, quando tomadas de forma direta – para uma análise mais apurada e precisa é necessário manipulação dos microdados.

Por fim, ainda deve ser mencionada uma limitação com relação à investigação dos rendimentos das pessoas, principalmente no meio rural (CORREA, 1998, SILVA, 1999). Os principais problemas são: precariedade de informações sobre rendimentos variáveis, auto-consumo, transferências e rendas da propriedade; ausência de valores para rendas ou benefícios em espécie dos produtores agrícolas e trabalhadores por conta própria; ausência de informações sobre gastos com insumos, o que afeta a renda líquida. Em suma, as PNAD's podem subestimar as rendas e superestimar a pobreza no meio rural.

3.1 A formação da base de dados

Neste trabalho utilizamos as informações sobre os domicílios, rurais e urbanos, do estado do Rio Grande do Sul (RS). Trabalhos a partir dos microdados, o que significa que conseguimos flexibilidade para delimitar bem a amostra que nos interessava. Esta amostra consistia em *domicílios do meio rural ou urbano, ocupados e particulares*. Com isso, conseguimos obter uma amostra de 9.598 domicílios⁷.

As variáveis consideradas foram (i) *Renda domiciliar per capita*; (ii) *Índice de Condições de Moradia (ICM)*; (iii) *Recebimento de recursos de programas de transferência de renda*; (iv) *Situação em termos de segurança alimentar*; e, (v) *Localização do domicílio* (se rural ou urbano).

O ICM é um índice que reflete a presença, ou não, de cinco itens no domicílio: água encanada em algum cômodo, sanitário, energia elétrica, geladeira e telefone fixo. O índice nada mais é do que a soma do número de itens disponíveis no domicílio – 5, caso disponha de todos, 0 se não dispõe de nenhum. Com relação ao recebimento de recursos de programa de

⁷ Este número foi obtido após a “limpeza” da base, ou seja, após a eliminação de casos com erros ou impróprios ao processamento (como é o caso de casos com muitas variáveis em branco).

transferência de renda, trata-se de uma variável binária: se recebeu algum recurso de qualquer programa de transferência de renda do governo⁸, ou não.

No que tange à situação do domicílio foi considerada a classificação oferecida pela PNAD que indica: (i) segurança alimentar; (ii) insegurança alimentar leve; (iii) insegurança alimentar moderada; e, (iv) insegurança alimentar grave. Esta classificação foi feita a partir de 15 perguntas que constam no suplemento sobre insegurança alimentar da PNAD 2004.

3.2 Procedimentos estatísticos

O primeiro passo em termos de procedimento estatístico foi o de exploração das variáveis através de estatística descritiva. Através disto foi possível fazer uma primeira aproximação e se apropriar de maneira mais consistente da base de dados, além, é claro, de identificar preliminarmente algumas possíveis diferenças entre o espaço rural e urbano.

Posteriormente, tratamos de analisar as relações entre as variáveis que dizem respeito às características socioeconômicas dos domicílios (renda, ICM e recebimento de transferências governamentais) e (in)segurança alimentar. Para tal, usamos como recurso analítico as tabelas cruzadas (*crosstabs*).

Para asseverar as análises e conseguir obter indicativos mais precisos sobre as relações, estimamos para cada relação entre duas variáveis, sendo uma socioeconômica e a outra de (in)segurança alimentar, um teste qui-quadrado de associação e também o Coeficiente de Contingência.

O teste qui-quadrado é utilizado para verificar se duas classificações estão ou não associadas. Este teste parte de tabelas de contingência, que são as tabelas cruzadas que foram montadas. Nas linhas aparece o nível de insegurança alimentar, bem como sua ausência, e nas colunas a variável socioeconômica considerada. Nas células, portanto, consta o número de domicílios que apresentam as características da linha e coluna em questão. Se somadas todas as células, teremos o total da amostra. Como resultado, este teste fornece um valor qui-quadrado que é comparado, então, com uma distribuição e informa se a associação é significativa ou não (e em que nível de significância).

⁸ Programas considerados: Auxílio-Gás, Bolsa-Família, Cartão-Alimentação do Programa Fome-Zero, Bolsa-Alimentação, Benefício Assistencial de Prestação Continuada, Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e outros.

No contexto desse trabalho, o Coeficiente de Contingência (C) foi utilizado como complementar do teste qui-quadrado para medir o *grau* de associação entre as variáveis. Para cada tabela de contingência, ou seja, para cada comparação entre duas variáveis, existe um valor para C. O valor de C é dado por:

$$C = \sqrt{\chi^2 / (\chi^2 + n)}$$

onde χ^2 é a estatística calculada anteriormente (qui-quadrado) e n é o número de observações. Este coeficiente varia entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é o nível de associação entre as variáveis consideradas.

4 Análise dos Resultados

Utilizando os dados da PNAD (2004), a Tabela 1 destaca como a renda média mensal, o índice de condições de moradia e o acesso a programas sociais de transferência de renda distribuem-se entre os domicílios dos espaços rural e urbano do Rio Grande do Sul. A renda domiciliar per capita média mensal (que exclui pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos) auferida pela população rural (R\$ 359,70) é consideravelmente inferior à renda média auferida pela população urbana (R\$ 695,69). Conforme já evidenciado, estudos realizados por Waquil e Mattos (2002; 2003) reforçam a visão de que a renda auferida pelos indivíduos não pode ser considerada como sinônimo de melhores condições de vida ou segurança alimentar.

O índice de condições de moradia (ICM) é composto pela existência ou não nos domicílios de água canalizada em pelo menos um cômodo, de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, luz elétrica, telefone fixo e geladeira no domicílio. Nesta tabela, o índice, que pode variar de 0 a 5, representa uma média destas condições básicas, existentes nos domicílios. No meio rural, em média, os domicílios possuem 3,88 dos cinco itens apresentados, enquanto na área urbana, a média sobe para 4,56.

O acesso a programas sociais de transferência de renda (TRF), pode ser interpretado pelo recebimento de renda de pelo menos um dos programas sociais da esfera governamental. A Tabela 1 indica que a proporção dos domicílios rurais que recebeu transferência de renda

(18,74) é maior do que a proporção dos domicílios urbanos que teve acesso a esses programas sociais (7,75). Ou seja, proporcionalmente há mais acesso a programas de transferência de renda no espaço rural do que na área urbana.

Tabela 1: Renda domiciliar per capita (RDPC), índice de condições de moradia (ICM) e acesso a programas de transferência de renda (TRF) de acordo com o setor censitário – Rio Grande do Sul.

	Rural	Urbano	Total
RDPC (R\$)	359,70	695,69	652,74
ICM (0 a 5)	3,88	4,56	4,47
TRF (%)	18,74	7,75	9,16

Fonte: Elaboração dos autores, a partir da PNAD (2004).

No Gráfico 1 foram relacionadas as situações de insegurança alimentar, bem como sua ausência, com a situação censitária. É possível identificar que no Rio Grande do Sul, embora os domicílios rurais possuam menor renda média domiciliar per capita e piores condições de moradia, a segurança alimentar é superior na área rural, quando comparada à área urbana. Essa melhor condição de segurança alimentar se deve, em parte, a maior disponibilidade de alimentos, principalmente naquelas de tradição da agricultura familiar. Além disso, também explica a maior segurança alimentar no meio rural do Rio Grande Sul, o maior acesso da população rural aos programas de transferência de renda governamentais. Tais resultados diferem dos que, em geral, são apresentados para o Brasil como um todo, indicando maior insegurança alimentar nas áreas rurais, possivelmente pela forte influência das regiões norte e nordeste do país. De forma análoga, a situação de insegurança alimentar é maior na área urbana, principalmente na condição de insegurança leve e moderada.

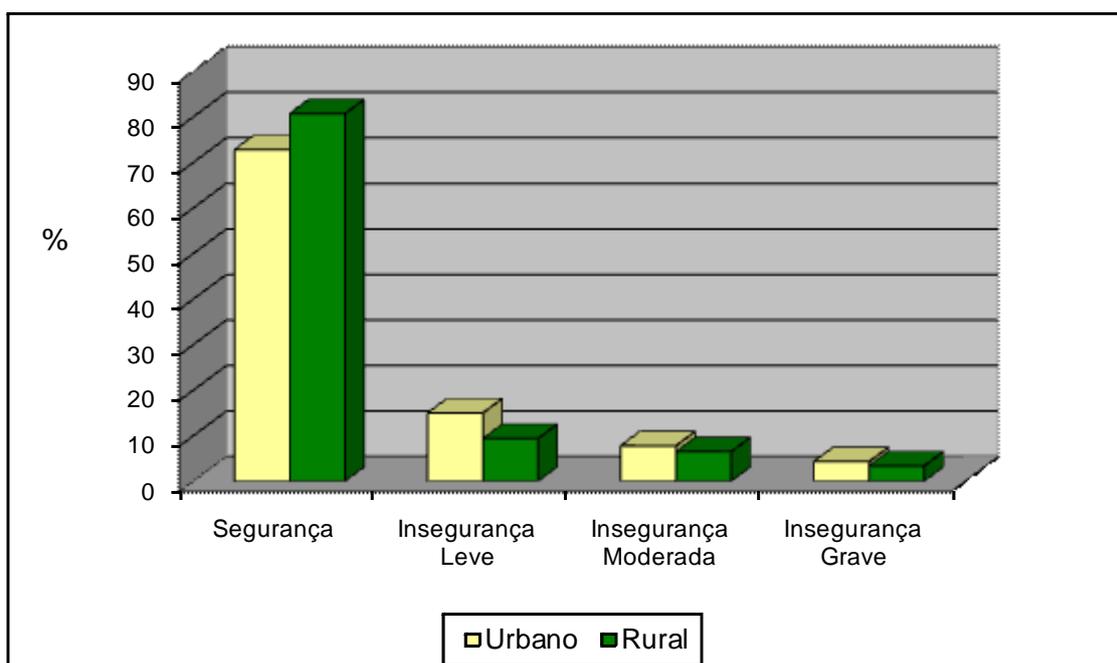


Gráfico 1: Situações de (in)segurança alimentar de acordo com o setor censitário – Rio Grande do Sul.

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da PNAD (2004).

Os resultados obtidos quanto ao teste qui-quadrado ($37,386^a$), e o coeficiente de contingência (0,062), revelam que o grau de associação entre segurança alimentar e o setor censitário é fraco, mas significativo. Embora exista maior segurança alimentar na área rural, a maioria dos domicílios, tanto no rural (80,7%), quanto no urbano (72,8%), encontra-se em segurança alimentar, enquanto 19,3% dos domicílios rurais e 27,2% dos domicílios urbanos, distribuem-se entre insegurança alimentar, leve, moderada e grave.

As Tabelas 2 e 3 buscam relacionar, respectivamente, no urbano e no rural, os níveis de insegurança alimentar com as faixas de renda domiciliar. Em relação à área urbana (Tabela 2), dos domicílios que recebem até 1 s.m., 47,7% têm segurança alimentar e 52,3% sofrem de insegurança alimentar. À medida que a renda aumenta, o número de domicílios com segurança alimentar também se eleva, paralelamente à queda na insegurança alimentar.

Tabela 2: Faixas de renda domiciliar, em salários-mínimos (s.m), e suas relações com as situações de insegurança alimentar, no setor censitário urbano – Rio Grande do Sul.

Situações de insegurança alimentar	Menos de 1 s.m.	De 1 a 2 s.m.	De 2 a 5 s.m	Mais de 5 s.m.
Ausente	47,7%	76,1%	89,0%	97,3%
Insegurança alimentar leve	25,0%	15,8%	7,7%	2,2%
Insegurança alimentar moderada	17,1%	5,5%	2,4%	0,4%
Insegurança alimentar grave	10,2%	2,6%	0,9%	0,1%

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da PNAD (2004).

No meio rural (Tabela 3), dos domicílios que recebem até 1 s.m., 69,1% têm segurança alimentar e 30,9% sofrem de insegurança alimentar. Embora, no meio rural, à medida que a renda aumenta, o número de domicílios com segurança alimentar também se eleve, paralelamente à queda na insegurança alimentar, esta relação é menos intensa quando comparada à área urbana, retratando novamente a atuação da agricultura familiar, com a alimentação para subsistência.

Tabela 3: Faixas de renda domiciliar, em salários-mínimos (s.m), e suas relações com as situações de insegurança alimentar, no setor censitário rural – Rio Grande do Sul.

Situações de insegurança alimentar	Menos de 1 s.m.	De 1 a 2 s.m.	De 2 a 5 s.m	Mais de 5 s.m.
Ausente	69,1%	90,9%	95,7%	100%
Insegurança alimentar leve	14,6%	4,1%	3,8%	0%
Insegurança alimentar moderada	10,8%	2,8%	0,5%	0%
Insegurança alimentar grave	5,5%	2,2%	0,0%	0%

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da PNAD (2004).

Nas Tabelas 2 e 3 os resultados obtidos quanto ao teste qui-quadrado foram 1550,522^a e 115,22^a, para área urbana e rural, respectivamente, enquanto que o coeficiente de contingência atingiu 0,395 e 0,293 nos respectivos setores censitários, mostrando uma relação significativa, entre faixas de renda domiciliar e insegurança alimentar. Cabe destacar que a metodologia adotada pelo IBGE, para a construção do suplemento de segurança alimentar, envolveu 15 perguntas, que tratavam sobre a falta de alimentos, ou a preocupação com a possível falta de alimentos, ou a necessidade de redução da quantidade ou qualidade dos alimentos nos domicílios. Em todas as questões aparece explicitamente que o problema constatado deve-se à ‘falta de dinheiro para comprar comida’, impondo metodologicamente uma correlação entre segurança alimentar e nível de rendimentos nos domicílios.

As Tabelas 4 e 5 apresentam as situações de insegurança alimentar relacionadas com o índice de condições de moradia (ICM), para o setor urbano e rural, respectivamente. O ICM igual a 0 significa que o domicílio não possui nenhum dos seguintes itens: água canalizada, banheiro, luz elétrica, telefone fixo e geladeira. Já o ICM igual a 1, indica a existência de, pelo menos, um desses componentes; o ICM igual a 2, evidencia dois desses componentes no domicílio; e assim sucessivamente até o ICM igual a 5, representando a existência dos cinco itens no domicílio.

Dos domicílios urbanos, com as piores condições de moradia (ICM=0), 42,9% têm segurança alimentar, enquanto que 57,1% sofrem de insegurança alimentar grave, destacando

que são apenas 7 casos na amostra. De forma geral, à medida que as condições de moradia melhoram, os percentual de domicílios com segurança alimentar também se eleva. Já a insegurança alimentar nos domicílios tende a diminuir, à medida que as condições de moradia melhoram.

Tabela 4: Índice de condições de moradia relacionado com insegurança alimentar, no setor censitário urbano – Rio Grande do Sul.

Situações de insegurança alimentar	ICM					
	0	1	2	3	4	5
Ausente	42,9%	27,3%	31,0%	47,2%	61,3%	81,1%
Insegurança alimentar leve	,0%	,0%	20,7%	17,2%	19,6%	12,4%
Insegurança alimentar moderada	,0%	27,3%	29,3%	16,3%	12,4%	4,6%
Insegurança alimentar grave	57,1%	45,4%	19,0%	19,3%	6,7%	1,9%

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da PNAD (2004).

No meio rural, os domicílios com as piores condições de moradia (ICM=0), e que possuem segurança alimentar representam 56,3%, enquanto que 43,7% sofrem de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. De modo geral, à medida que as condições de moradia melhoram, o percentual de domicílios com segurança alimentar também se eleva. Já a insegurança alimentar nos domicílios tende a diminuir, à medida que as condições de moradia melhoram.

Tabela 5: Índice de condições de moradia relacionado com insegurança alimentar no setor censitário rural – Rio Grande do Sul.

Situações de insegurança alimentar	ICM					
	0	1	2	3	4	5
Ausente	56,3%	55,6%	38,0%	66,7%	84,2%	89,3%
Insegurança alimentar leve	12,5%	14,8%	24,0%	15,7%	8,3%	5,9%
Insegurança alimentar moderada	12,5%	25,9%	16,0%	11,8%	5,4%	2,8%
Insegurança alimentar grave	18,7%	3,7%	22,0%	5,8%	2,1%	2,0%

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da PNAD (2004).

Nas Tabelas 4 e 5 os resultados encontrados quanto ao teste qui-quadrado foram 813,77 e 142,81, para área urbana e rural, respectivamente, enquanto que o coeficiente de contingência atingiu 0,298 no setor urbano, e 0,323 no meio rural, demonstrando um grau de associação ligeiramente superior na área rural, entre o índice de condições de moradia e insegurança alimentar.

As Tabelas 6 e 7 apresentam as situações de insegurança alimentar relacionadas com o acesso a programas sociais de transferência de renda, para o setor urbano e rural, respectivamente. Na área urbana, dos domicílios que não recebem transferências de renda, cerca de 75,8% têm segurança alimentar e somente 37,1 % dos domicílios que tiveram acesso a transferências de renda, têm segurança alimentar, indicando que 62,9% dos domicílios que receberam transferências de renda, via programas sociais, ainda sofrem de insegurança alimentar.

Tabela 6: Acesso a programas sociais de transferência de renda relacionados com insegurança alimentar, no setor censitário urbano – Rio Grande do Sul.

Situações de insegurança alimentar	Não teve acesso a programas de transferência de renda	Teve acesso a programas de transferência de renda
Ausente	75,8%	37,1%
Insegurança alimentar leve	14,1%	27,7%
Insegurança alimentar Moderada	6,7%	20,3%
Insegurança alimentar grave	3,4%	14,9%

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da PNAD (2004).

Na área rural, dos domicílios que não recebem transferências de renda, cerca de 84,5% têm segurança alimentar e 64,3% dos domicílios que tiveram acesso a transferências de renda, têm segurança alimentar, ressaltando que 35,7% dos domicílios que receberam transferências de renda, ainda convivem com a insegurança alimentar, principalmente leve e moderada.

Tabela 7: Acesso a programas sociais de transferência de renda relacionados com insegurança alimentar, no setor censitário rural – Rio Grande do Sul.

Situações de insegurança alimentar	Não teve acesso a programas de transferência de renda	Teve acesso a programas de transferência de renda
Ausente	84,5%	64,3%
Insegurança alimentar leve	7,9%	15,7%
Insegurança alimentar moderada	4,8%	13,9%
Insegurança alimentar grave	2,8%	6,1%

Fonte: elaborado pelos autores, a partir da PNAD (2004).

Nas Tabelas 6 e 7 os resultados obtidos quanto ao teste qui-quadrado foram 521,03 e 50,87, para área urbana e rural, respectivamente, enquanto que o coeficiente de contingência atingiu 0,24 no setor urbano, e 0,20 no meio rural. Os resultados obtidos demonstram uma

relação significativa, em ambos os setores censitários, entre o acesso a programas sociais de transferência de renda e insegurança alimentar, mas, ainda mais intensa, na área urbana.

5 Considerações Finais

A insegurança alimentar está associada a menores níveis de renda, piores condições de moradia e a maiores transferências de renda. Entretanto há diferenças marcantes entre os espaços urbano e rural no estado do Rio Grande do Sul. A insegurança alimentar é menos intensa no meio rural deste Estado, apesar dos menores níveis de renda e das piores condições de moradia, quando comparado à área urbana. Neste sentido, é importante destacar o papel da agricultura familiar, da diversificação da produção agrícola e da destinação de parte desta produção para o consumo da família, possibilitando amenizar as situações de insegurança alimentar. Além disso, na área rural também está a maior proporção de domicílios que recebem transferências de renda, através de programas sociais, fato que também pode estar contribuindo para a maior segurança alimentar no meio rural do Rio Grande do Sul.

6 Referências Bibliográficas

BAGOLIN, I. P. **Da Renda às Capacitações**: analisando e avaliando o desenvolvimento humano. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2005. 149p.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 6047/2005**. Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/losanfinal.pdf>>. Acesso em: ago 2006.

BREWER, J. *et al.* **A Blueprint to End Hunger**. Waltham, MA: Brandeis University, Heller School for Social Policy and Management, Center on Hunger and Poverty, Food Security Institute, 2004. Disponível em: <<http://www.centeronhunger.org/pdf/understanding.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

CORREA, Angela M.C.J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1998.

COSTA, A. M. *et al.* Pensando o Meio Ambiente Enquanto Intitulado: a abordagem das capacitações. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 6, 2005, Brasília. **Anais...**Brasília, 2005. CD-ROM.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World, 2005**. Disponível em: <http://www.fao.org/>. Acesso em: out. 2006.

_____. **Seguridad Alimentaria como Estrategia de Desarrollo Rural**. 28ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Guatemala, 14p., Abril de 2004. Disponível em: <http://www.fao.org/>. Acesso em: out.2006.

FIDA – International Fund for Agricultural Development. **Hacia una region sin pobres rurales**. Santiago: FIDA, 2000.

HALL, B. **Understanding Food Security Data and Methodology**. Waltham, MA: Brandeis University, Heller School for Social Policy and Management, Center on Hunger and Poverty, Food Security Institute, 2004. Disponível em: <<http://www.centeronhunger.org/pdf/understanding.pdf>>. Acesso em: set. 2006.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, Insegurança Alimentar e Pluriatividade no Brasil. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais...**Londrina: Ed. SOBER, 2007. CD-ROM.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: suplemento segurança alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães, 2001.

KAKWANI, N. **What is Poverty?** Brasília: International Poverty Centre, 2006. (UNDP working paper, n. 22). Disponível em: <www.undp.org/povertycentre> Acesso em: dez.2006.

KAKWANI, N.; SON, H. **New Global Poverty Counts**. Brasília: International Poverty Centre, 2006. (UNDP working paper, n. 29). Disponível em: <www.undp.org/povertycentre> Acesso em: dez.2006.

KUHN, D. D. *et al.* Pobreza no Rio Grande do Sul: a heterogeneidade revelada pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, p. 113-134, 2006.

MALUF, R. S. *et al.* **Cahier Sécurité Alimentaire**. Disponível em: <www.alliance21.org/2003/IMG/pdf/draft_secalim_fr.pdf> Acesso em: nov. 2006a.

MALUF, R. S. *et al.* **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em: <<http://www.zooide.com/>>, 35p. Acesso em: nov. 2006b.

MAZOYER, M. **Ciência e Tecnologia a Serviço do Desenvolvimento Agrícola**: impasses e perspectivas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18p. (Texto para debate 37).

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Historie des Agricultures du Monde**: du néolithique à la crise contemporaine. Paris: Seuil, 1997. 531p.

RUEL, M. T.; GARRET, J. L.; CASSAMO, S. **Food and Nutrition Security in Moçambique**: characteristics, determinants and strategic insights. Maputo: MPF/UEM/IFPRJ, 1998.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, v.35, n.1, p.153-169, mar.1983.

_____. O Desenvolvimento como Expansão das Capacitações. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28, p.313-33, 1993.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Pobreza e Fomes**: um ensaio sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar, 1999.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. Ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Pesquisa).

SULLIVAN, A. F.; CHOI, E. **Hunger and Food Insecurity in the Fifty States**: 1998-2000. Waltham, MA: Brandeis University, Heller School for Social Policy and Management, Center on Hunger and Poverty, Food Security Institute, 2002. Disponível em: <<http://www.centeronhunger.org/pdf/understanding.pdf>>. Acesso em: out. 2006.

SVEDBERG, P. **Poverty and Undernutrition**: theory, measurement and policy. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SVEDBERG, P. Undernutrition Overestimated. **Economic Development and Cultural Change**, v. 51, n.1, p.5-36, 2002.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MATTOS, Ely José. Pobreza Rural e Urbana no Rio Grande do Sul: uma análise além da renda. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.8, n.2, p.105-122, 2003.

WAQUIL, Paulo Dabdab ; MATTOS, Ely José . Distribuição de Renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre, v. 23, p. 621-644, 2002.